Apresentação

A RIDH – Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos, neste seu 2º número, inicia-se dando espaço especial a três temas relacionados à ditadura civil-militar no Brasil, pela passagem do 50º ano do Golpe de 64. Os artigos trazem relatos e análises das violações dos direitos humanos praticadas no período da ditadura como política estatal e que se desdobrou em arbítrios institucionais. Por consequência, tais textos também rememoram a luta de resistência e, posteriormente, de resgate da memória, da verdade e da justiça.

No texto **O protagonismo de mulheres na luta contra a ditadura militar**, Maria Amélia de Almeida Teles – escritora, militante feminista e ex-presa política – retoma o contexto histórico que engendrou o Golpe, com destaque às manifestações de apoio das organizações conservadoras das mulheres. Entretanto, o foco principal é mostrar os movimentos das mulheres de esquerda, na brava e corajosa luta contra a ditadura e até mesmo contra o machismo de setores de militantes masculinos de esquerda.

Por sua vez, Valdir Gonzalez Paixão Junior mostra-nos a interface da ditadura no plano institucional, com **Poder, memória e repressão: a Igreja Presbiteriana do Brasil no período da ditadura militar (1966-1978)**. O autor revela, em sua pesquisa histórica, o autoritarismo férreo que se instalou na Igreja Presbiteriana do Brasil – baluarte da liberdade liberal – com "perseguições, delações, denúncias, punições, cassações, excomunhões, dissolvimentos de presbitérios, fechamento de templos, dentre outras práticas punitivas, [que] ocuparam o cenário religioso e político desta igreja".

Já em tempos posteriores à ditadura, houve a conquista tardia da militância progressista no Brasil com a instalação da Comissão Nacional da Verdade (mas não da Justiça). Érica Cristina Alexandre Winand e Juliana de Paula Bigatão elegem esta temática para realizar uma análise crítica da cobertura dos jornais: Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo em torno da criação da CNV. A pesquisa demonstra que esses jornais apenas focaram a "disputa entre defensores dos direitos humanos versus Forças Armadas, tendo como seus porta-vozes, respectivamente, o ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos e o ministro da Defesa". Para as autoras, essas mídias deixaram de abordar questões mais profundas e significativas da existência de uma Co-

missão da Verdade. Essa é a principal contribuição do texto **A política brasileira para os direitos humanos e sua inserção nos jornais: a criação da Comissão Nacional da Verdade.**

Em **Educação em Direitos Humanos e as fases de desenvolvimento moral**, Vicente Esteban e Paulina Arroyo apoiam-se na teoria dos estágios de evolução moral dos indivíduos, do psicólogo estadunidense Laurence Kohlberg (1927-1987) para compreensão das diversas gerações de direitos humanos historicamente formulados. Com esta análise comparativa, busca-se trazer novas contribuições teóricas para a Educação em Direitos Humanos, enquanto educação moral.

Partindo de dados do IBGE de 2011, complementados por estudos mais recentes, Jurandir de Almeida Araújo – em **Racismo, violência e direitos humanos: pontos para o debate** – retoma um tema recorrente, porém sempre atual, tanto pelo desafio de compreensão sociológica, como de superação social. Para o autor, "o racismo e as desigualdades sociais constituem-se nos principais fatores que influenciam no aumento da violência, tanto da violência física quanto da violência simbólica", no Brasil.

Por que, em numerosos julgamentos em Tribunal do Júri, os jurados são propensos a aceitar a tese de legítima defesa, em casos de violência cometidas por policiais? Para contribuir com a compreensão desse fenômeno, confirmado em pesquisa de campo na cidade de Goiânia, Rodrigo Lustosa Victor e Ricardo Barbosa de Lima fundamentam-se na Hermenêutica de Hans-Georg Gadamer. Nela, a ideia do horizonte histórico ajuda a compreensão da herança de preconceitos entre nós, que torna baixa a eficácia dos direitos humanos, em especial do direito à vida, àqueles considerados bandidos. Essa á a temática central do texto **Violência policial e Tribunal do Júri: contribuições da hermenêutica filosófica.**

Em **A educação superior em direitos humanos face à ideologia neoliberal globalizada**, Blanca Beatriz Díaz Alva analisa aspecto da formação universitária, na conjuntura da ideologia neoliberal hegemônica atual. Nesse contexto, a formação em direitos humanos na educação superior torna-se fragilizada, sem a qual a universidade perde a própria identidade ético-política. A autora aborda ainda, na formação universitária, temas envolvendo a universalidade dos direitos humanos e diversidade cultural, e a interdependência entre direitos humanos e deveres humanos.

A série de artigos fecha-se com o texto **Psicologia, política e direitos humanos: ambiguidades e contradições**, de Ari Fernando Maia. O autor também reflete sobre a temática dos direitos humanos na educação superior, porém especificamente sobre a sua importância na formação do psicólogo. Entretanto, com base nas quatro perspectivas epistemológicas, que a antropóloga social Marie-Bénédicte Dembour classifica as diversas tendências de leitura dos direitos humanos e de atuação na área, Ari Maia mostra as dificuldades teóricas e ideológicas na relação entre a Psicologia, enquanto ciência, e as diversas concepções de direitos humanos e práticas políticas decorrentes. E aponta: somente uma análise crítica da racionalidade ocidental moderna poderá superar tais impasses.

O 2º número da RIDH ainda traz resenhas de dois lançamentos editoriais de destaques, em 2013, na área dos Direitos Humanos. As obras levam assinaturas do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos e da filósofa Marilena Chauí.

Editoria